

## **DESAFIOS SOCIOTERRITORIAIS NA REINTEGRAÇÃO DOS EX-COMBATENTES EM MURRUPULA: PERSPETIVAS DO CONTEXTO LOCAL**

## **SOCIOTERRITORIAL CHALLENGES IN THE REINTEGRATION OF EX-COMBATANTS IN MURRUPULA: PERSPECTIVES FROM THE LOCAL CONTEXT**

326

**Isac José Alberto**

Doutorando em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Eduardo Mondlane

[albertoisac2@gmail.com](mailto:albertoisac2@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0003-0025-9987>

**Inês Raimundo**

Doutorada em Migrações Forçadas e Geografia Humana, Docente e Investigadora em exercício no Departamento de Geografia e Centro de Análise de Políticas na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

[ines.raimundo@uem.mz](mailto:ines.raimundo@uem.mz)

<https://orcid.org/0000-0002-0535-1163>

### **RESUMO**

Este estudo analisa os desafios socioterritoriais na reintegração dos ex-combatentes no Distrito de Murrupula, Moçambique. O objectivo é de analisar os desafios socioterritoriais na reintegração dos ex-combatentes em Murrupula, explorando as dinâmicas de aceitação comunitária, os obstáculos ao acesso à terra e às oportunidades produtivas. Para isso, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação direta. Os resultados mostram que, embora os ex-combatentes tenham sido gradualmente aceites nas comunidades, enfrentam dificuldades no acesso à terra e a serviços básicos, o que os mantém numa situação instável. A Comparação com o processo de reintegração dos ex-combatentes do Distrito de Nicoadala, Província da Zambézia, demonstra que estas dificuldades não são exclusivas de Murrupula e reflectem a ausência de um plano eficaz para a reintegração. As experiências de outros contextos também demonstram que a marginalização económica compromete a estabilidade social, como ocorreu na Serra Leoa e no Burundi. Para o caso da Colômbia, a integração dos ex-combatentes em cooperativas agrícolas ajudou na redução do estigma.

**Palavras-chave:** Aceitação comunitária; Acesso à terra; Exclusão socioeconómica; Reintegração produtiva; Desafios do DDR em Moçambique.

### **ABSTRACT**

This study analyzes the socio-territorial challenges in the reintegration of ex-combatants in the District of Murrupula, Mozambique. The objective is to analyze the socio-territorial challenges in the reintegration of ex-combatants in Murrupula, exploring the dynamics of community acceptance, the obstacles to access to land and productive opportunities. For this, a qualitative approach was used, based on semi-structured interviews, focus groups and direct observation. The results show that, although ex-combatants have gradually been accepted into the communities, they face difficulties in accessing land and basic services, which keeps them in an unstable situation. A comparison with the reintegration process of ex-combatants from Nicoadala District, Zambezia Province, demonstrates that these difficulties are not unique to Murrupula and reflect the absence of an effective plan for reintegration. Experiences from other contexts

also show that economic marginalization undermines social stability, as has occurred in Sierra Leone and Burundi. For the case of Colombia, the integration of ex-combatants into agricultural cooperatives helped reduce stigma.

**Keywords:** Community acceptance; Access to land; Socio-economic exclusion; Productive reintegration; DDR challenges in Mozambique.

## INTRODUÇÃO

A guerra civil em Moçambique, que durou entre 1977 e 1992, deixou marcas profundas no tecido social e político do país (Newitt, 1995). Durante a década de 1980, a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) estabeleceu bases estratégicas no Distrito de Murrupula na Província de Nampula, facto que justifica a intensificação dos combates durante a guerra civil entre a RENAMO e o Governo, relativamente aos outros Distritos (Chaimite; Forquilha, 2015). neste período registou-se a destruição de infraestruturas, marginalização política e social das comunidades locais, reforçando desigualdades estruturais e cenários de exclusão e subdesenvolvimento (Brito, 2014; Adedokun, 2019). O Acordo Geral de Paz de Roma, assinado em 1992, encerrou formalmente o conflito armado e foi celebrado como um marco histórico na reconciliação nacional (Souza, 2017; Tollenaere, 2006). No entanto, as desigualdades a exclusão social limitaram a eficácia dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), evidenciando fragilidades que contribuíram para ciclos de instabilidade e tensões políticas ao longo das décadas seguintes (Weimer, 2020).

No entanto, em Agosto de 2019 foi assinado um novo acordo de Paz e Reconciliação Nacional, em Maputo, no âmbito da sessão definitiva das hostilidades, previsto na Lei nº 11/2019 de 12 de Setembro, e reflecte os esforços contínuos para consolidar a paz em Moçambique. Nestes termos, o sucesso dessas iniciativas depende, em grande medida, de uma implementação sustentável e inclusiva do DDR, e que tenha em conta as especificidades locais (Vines, 2019). Em Murrupula, os ex-combatentes que haviam sido desmobilizados em 1992, reagruparam-se, e voltaram às matas, em 2013, mais concretamente na base de Napuco, posto administrativo de Namaita, facto que demonstra falhas nos programas de DDR e evidencia a necessidade de enfrentar desafios socioterritoriais específicos (Weimer, 2020). Esta situação sublinha a necessidade de adopção de estratégias que vão além da dimensão político-militar, integrando factores sociais e territoriais que contribuem no desenvolvimento e a coesão social dos ex-combatentes

Os programas de DDR foram concebidos como uma estratégia para estabilizar regiões pós-conflito e reintegrar ex-combatentes na sociedade civil (Knight, 2008; Özerdem, 2022). No entanto, a sua eficácia tem sido comprometida pela falta de adaptação às realidades socioterritoriais, sobretudo em áreas rurais como o Distrito de Murrupula, onde a deficiências de serviços básicos e dificuldades no acesso a terra dificultam o processo (INE, 2024; MADER, 2020). A configuração territorial e as dinâmicas sociais locais desempenham um papel determinante na aceitação dos ex-combatentes, exigindo abordagens mais inclusivas e ajustadas ao contexto local (Parry; Aymerich, 2023; González; Clémence, 2019). A experiência de outros países, como Burundi e Serra Leoa, demonstra que a ausência de uma estratégia integrada para o desenvolvimento territorial agrava a

marginalização dos ex-combatentes e reduz as suas oportunidades de reinserção produtiva (D'aoust; Sterck; Verwimp, 2016).

Este estudo tem como objectivo analisar os desafios socioterritoriais na reintegração dos ex-combatentes em Murrupula, explorando as dinâmicas de aceitação comunitária, os obstáculos ao acesso à terra e às oportunidades produtivas. Para responder a este objectivo, adoptou-se uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, baseada na recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas com ex-combatentes, membros da comunidade, líderes comunitários e representantes do governo distrital, assim como a discussões em grupos focais com os ex-combatentes. A observação directa complementou a análise e permitiu captar dinâmicas sociais e culturais relevantes. Adicionalmente, recorreu-se a dados secundários, nomeadamente documentos oficiais, relatórios institucionais e literatura académica, assegurando a triangulação da informação.

Os estudos sobre o DDR em Moçambique têm privilegiado abordagens institucionais e políticas, deixando de lado a análise dos desafios socioterritoriais enfrentados pelos ex-combatentes (McMullin, 2004; Wiegink, 2015; Weimer; Buerno, 2020). O estudo de McMullin (2004) foca-se nas negociações entre o governo e a RENAMO, sem abordar a reintegração no nível comunitário. Por sua vez, Wiegink (2015) analisa as narrativas dos ex-combatentes, mas sem considerar a influência do território na sua aceitação social. E, Weimer e Bueno (2020) discutem as limitações institucionais do DDR, sem explorar a relação entre o acesso à terra, economia local e reintegração social.

Embora existam estudos que abordam estas dimensões, a interação entre território, os ex-combatentes e as comunidades receptoras permanece pouco explorada. A ausência de uma abordagem integrada compromete a formulação de políticas eficazes de reintegração. É neste âmbito que o estudo propõe uma análise que articula a dinâmicas socioterritoriais, percepções comunitárias, permitindo compreender melhor os obstáculos e oportunidades da reintegração em Murrupula.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo adoptou uma abordagem qualitativa, adequada para a investigação de fenómenos sociais, como a reintegração de ex-combatentes, pois permite captar as suas percepções e interpretar o contexto em que estão inseridos (Creswell, 2010). Por sua vez, Godoy (1995) afirma que o método qualitativo possibilita compreender a construção de significados dos conteúdos recolhidos no campo. Chizzotti (2003) acrescenta que a abordagem qualitativa é fundamental no estudo de realidades marcadas por mudanças estruturais, pois permite explorar a complexidade das interações humanas. No presente estudo, esta metodologia foi aplicada para examinar as relações entre os ex-combatentes, as comunidades locais e as instituições envolvidas no DDR em Murrupula.

A recolha de dados baseou-se em três técnicas: entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação directa. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para explorar experiências

individuais (Souza, 2019; Guazi, 2021). Estas foram aplicadas a 15 ex-combatentes, o que permitiu compreender os desafios económicos, sociais e territoriais. Foram ainda entrevistados três (03) representantes do governo distrital e nove (09) membros das comunidades receptoras, totalizando 27 elementos, o que assegurou a inclusão de diferentes perspetivas. De igual modo, foram conduzidas duas discussões em grupos focais com ex-combatentes, sendo 17 elementos na primeira, que teve lugar em Novembro de 2023, e a segunda, de 20 elementos, em Junho de 2024. Segundo Kamberelis e Dimitriadis (2013), os grupos focais são recomendados para analisar percepções partilhadas e interações colectivas. A observação directa também foi usada para captar elementos não verbais e comportamentos observáveis do quotidiano dos ex-combatentes (Marconi; Lakatos, 2003). Como critérios de selecção, foram inclusos todos os ex-combatentes abrangidos pelo DDR de 2019 e que fixaram as suas residências no distrito de Murrupula.

Para complementar o estudo, foram consultados dados secundários provenientes de documentos tais como: o Ministério da Administração Estatal (2005), os relatórios do Instituto Nacional de Estatística INE (2010, 2023 e 2024) que forneceram informações sobre a população e economia de Murrupula. Consultou-se a Lei 11/2019, que regula o acordo de Paz e Reconciliação Nacional, e os Relatórios do Instituto para a Democracia Multipartidária - IMD (2021, 2023) que avaliam a implementação dos programas de DDR, o relatório das actividades do Distrito (MURRUPULA, 2023) e o Inquérito Agrário Integrado do Ministério de agricultura (MADER, 2020). Segundo Marcondes e Brisola (2014), a triangulação de dados aumentou a fiabilidade da análise por cruzar diferentes fontes de informação e garantir uma interpretação mais equilibrada.

Os dados recolhidos foram analisados através da análise temática, conforme Souza (2019) recomenda a identificação de padrões e categorias nos dados qualitativos. O processo incluiu a codificação dos temas emergentes, seguindo as diretrizes metodológicas de Braun e Clarke (2014) que enfatizam a flexibilidade interpretativa e a importância de captar as percepções dos participantes dentro do seu contexto social. Para além desta análise foi também efectuada a análise de discurso, inspirada em Fernandes (2008), que permitiu uma interpretação crítica das narrativas políticas e institucionais sobre o DDR, identificando estratégias discursivas, metáforas e construções ideológicas dos governantes e representantes das Nações Unidas.

## **FACTORES SOCIOTERRITORIAIS NA REINTEGRAÇÃO DOS EX-COMBATENTES**

A reintegração dos ex-combatentes em Murrupula ocorre num contexto marcado por desafios socioterritoriais que influenciam directamente a sua aceitação social e integração produtiva. Neste estudo, serão analisados dois factores, sendo: (i) as relações sociopolíticas e aceitação comunitária; e (ii) a ocupação do território e acesso à terra. A articulação destas temáticas permitirá compreender os mecanismos que facilitam ou dificultam a reinserção dos ex-combatentes.

### **Relações Sociopolíticas e Aceitação Comunitária**

Depois do processo de desarmamento e desmobilização segue a fase mais complexa, que é a reintegração, que coincide com o regresso dos ex-combatentes nas comunidades (Muggah, 2006). Segundo Goffman (1963) nesta fase é frequente haver a manifestação do estigma social que se manifesta quando os ex-combatentes são desacreditados como membros da sociedade e atribuídos

narrativas desqualificadoras, resultando na sua marginalização. Em contextos pós-conflito, o estigma é comum, pois os ex-combatentes muitas vezes carregam o peso simbólico da violência, sendo vistos como ameaças à estabilidade e protagonistas do conflito (Wiegink, 2015; Millán-Quijano, 2021).

No caso de Murrupula, onde a presença histórica da RENAMO moldou as relações sociais e políticas (Chaimite; Forquilha, 2015), a aceitação dos ex-combatentes é um processo complexo. Estudos indicam que, em sociedades polarizadas por conflitos prolongados, a reintegração só ocorre quando há um esforço para reestabelecer laços sociais e reconstruir a confiança entre os grupos (Muggah, 2008; Weimer; Buerno, 2020). Nestes termos, a aceitação comunitária influencia directamente o acesso dos desmobilizados a redes sociais, oportunidades económicas e espaços de participação comunitária, sendo este um factor determinante para sua autonomia e estabilidade à longo prazo (Parry; Aymerich, 2023). A análise deste factor no estudo permitirá compreender as percepções dos ex-combatentes, das lideranças comunitárias e dos membros da população local, identificando os desafios e as oportunidades que emergem nesse processo.

### **Ocupação do Território e Acesso à Terra**

O acesso à terra é um elemento essencial para a inclusão produtiva dos ex-combatentes, principalmente em contextos rurais, onde a agricultura é a principal actividade económica (Filho, 2017). Em Murrupula, essa questão ganha relevância, uma vez que a aquisição de terra segue normas comunitárias baseadas em dinâmicas tradicionais de herança e linhagem (MADER, 2020). Esta forma de aquisição entra em concordância com a alínea a) do artigo 12 da Lei 19/97 de 1 de Outubro, a Lei de Terras, que prevê a ocupação da terra por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e prática costumeiras que não contrariam a Constituição de República. Assim, os ex-combatentes que não possuem laços familiares na região podem enfrentar dificuldades para garantir sua fixação no território, uma vez que a atribuição pelo Governo pode levar muito tempo.

Coelho (2002) e Wiegink (2015) apontam que em Moçambique a atribuição de terras em contextos pós-conflito está associada à aceitação social dos ex-combatentes. A ausência de mecanismos institucionais claros para a reintegração agrária dos ex-combatentes gera incerteza sobre sua permanência nas áreas de fixação, tornando a inclusão produtiva um desafio (Weimer; Buerno, 2020; Vines, 2019). No entanto, os conflitos agrários podem emergir devido à sobreposição de reivindicações territoriais entre ex-combatentes e membros das comunidades locais, o que reforça tensões sociais que comprometem a estabilidade das zonas de reintegração (Parry; Aymerich, 2023).

A literatura destaca que o sucesso da reintegração dos ex-combatentes depende da existência de políticas que garantam a sua inserção económica de maneira sustentável (Nilsson, 2005). Em casos onde a terra é o principal recurso disponível, a implementação de programas de regularização agrária e acesso a crédito agrícola pode ser determinante para o êxito do processo (Willems; Leeuwen, 2014). Assim, a presente investigação analisará os desafios estruturais que condicionam

a posse da terra em Murrupula, bem como as estratégias adoptadas pelos ex-combatentes para garantir sua permanência e os mecanismos institucionais que regulam essa questão.

### **Ligação entre Aceitação Comunitária e Acesso à Terra**

A ligação entre aceitação comunitária e acesso à terra demonstra que a reintegração dos ex-combatentes não pode ser reduzida a uma questão administrativa ou económica, pois envolve disputas simbólicas, memórias do conflito e relações de poder. Em sociedades pós-conflito, a construção de espaços de convivência e cooperação entre diferentes grupos sociais é fundamental para consolidar processos de reconciliação e reconstrução social (Okonofua, 2016).

Neste sentido, a presente investigação aprofunda a forma como esses factores interagem e condicionam as trajetórias dos ex-combatentes, oferecendo subsídios para políticas públicas mais ajustadas à realidade local (Aguilar, 2023). Esta abordagem permitirá compreender de que maneira a reintegração pode ser estruturada para responder aos desafios socioterritoriais de forma eficaz e sustentável, garantindo que os ex-combatentes possam reconstruir sua vida com dignidade e segurança.

### **Dimensões Socioterritoriais da Reintegração: Desafios e Estratégias**

A literatura sobre o DDR considera que os factores socioterritoriais, como o acesso a recursos, infraestrutura e dinâmicas culturais, exercem um papel determinante na eficácia dos programas de reintegração, principalmente em situações marcadas por desigualdades estruturais e disputas históricas (Horn et al., 2021). Em Moçambique, um dos principais desafios reside na escassez de recursos para a sobrevivência das comunidades receptoras e exclusão dos ex-combatentes nos processos de desenvolvimento, facto que afecta de forma directa a sua aceitação e integração produtiva (IMD, 2023; Wiegink, 2015). Essa exclusão social é agravada pela precariedade no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, e pela falta de investimentos estruturais, comprometendo a eficácia dos processos de reintegração e aumentando o risco de tensões entre os ex-combatentes e a população local (Weimer; Buerno, 2020); Muggah, 2008).

No distrito de Murrupula, onde a economia é baseada na agricultura, as dificuldades no acesso à terra emergem como um dos principais entraves à reintegração produtiva dos ex-combatentes (MADER, 2020; Weimer; Buerno, 2020). Para além disso, a escassez de infraestruturas básicas dificulta a implementação dos programas de DDR e aumenta a vulnerabilidade dessas populações (INE, 2023). De acordo com estudos sobre DDR de segunda geração, a ausência de uma abordagem territorial ajustada ao contexto local pode gerar marginalização dos ex-combatentes, agravando as tensões sociais e económicas (Horn ET AL., 2021; United Nations, 2010). Assim, a adaptação das políticas de reintegração às especificidades locais torna-se indispensável para garantir a sua eficácia.

Outro elemento central nesse processo é a aceitação comunitária dos desmobilizados. O estigma e a desconfiança social, associados ao passado militar dos ex-combatentes, representam barreiras significativas à reconstrução das suas identidades sociais (Goffman, 1963; Wiegink, 2015). Em Moçambique, essa resistência comunitária é evidenciada pela percepção de que os ex-combatentes podem representar uma ameaça à estabilidade social, dificultando a sua integração (Rufer, 2005; Díaz; Páez; Lerma, 2018). Segundo Weimer e Buerno (2020), a implementação de estratégias que incentivem o diálogo intercultural que promova mecanismos de mediação comunitária é fundamental para reconstruir os laços sociais e facilitar a aceitação mútua. Os programas de DDR que negligenciam as dinâmicas culturais locais tendem a enfrentar resistência, tornando-se menos eficazes (United Nations, 2010). Para mitigar esses desafios, torna-se essencial a formulação de políticas que valorizem as narrativas locais e promovem espaços de reconciliação social, garantindo que o DDR contribua para a coesão comunitária e o desenvolvimento sustentável (Willems; Leeuwen, 2014).

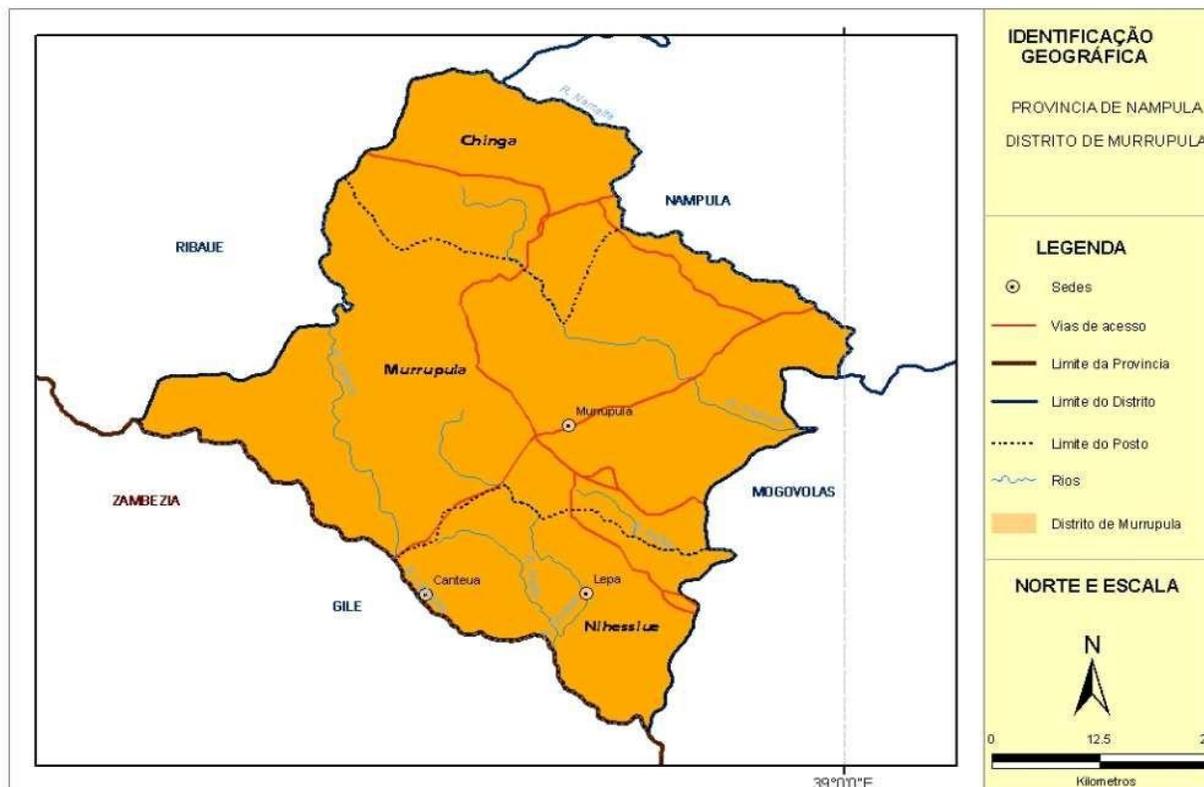
A eficácia dos programas de DDR deve estar ligada à adaptação das estratégias socioterritoriais de cada região (Bauer; Fiala; Lively, 2018; Kaplan; Nussio, 2018). A ausência de políticas eficazes que garantam o acesso ao crédito rural agrava a vulnerabilidade económica dos ex-combatentes, dificultando a sua inclusão social (Parry; Aymerich, 2023). Ademais, a fraca participação de actores locais no planeamento e execução das políticas de DDR distancia a apropriação dos beneficiários dos programas (Bauer; Fiala; Lively, 2018).

## **CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE MURRUPULA**

De acordo com Ministério da Administração Estatal de Moçambique, o Distrito de Murrupula situa-se no sudoeste da Província de Nampula e limita-se a Sul com o Distrito de Gilé na Província da Zambézia, a Este com o Distrito de Mogovolas e a Oeste com o distrito de Ribaué (MAE, 2005), (fig. 1).

O Distrito desempenha um papel estratégico na ligação entre diferentes regiões do país, sendo atravessado pela Estrada Nacional nº (EN1), que liga o Norte ao Sul, que impulsiona o movimento de pessoas e mercadorias (Chaimite; Forquilha, 2015). Possui uma população de 220.304 habitantes, ocupando uma área de 3.104 km<sup>2</sup>. A densidade populacional é de uma média de 70,9 habitantes por km<sup>2</sup>. No entanto, esta distribuição não é homogénea, observando-se uma maior concentração populacional nas áreas próximas a fontes de água, estradas e infraestruturas essenciais, enquanto as zonas mais distantes apresentam baixa densidade e dificuldades no acesso a serviços básicos (INE, 2023). Administrativamente, Murrupula divide-se em três postos administrativos: Murrupula Sede, Chinga e Nihessiue, além de localidades como Cazuzo e Namitotelane. Esta organização territorial influencia a distribuição de recursos e serviços, determinando padrões diferenciados de desenvolvimento dentro do Distrito (MAE, 2005).

**Figura 1:** Mapa de localização do Distrito de Murrupula



Fonte: (INE, 2008)

De acordo com o Relatório das actividades do Distrito de Murrupula (2023), a prestação de serviços de saúde e educação é mais precária nas localidades mais afastadas, o que cria impacto negativo na qualidade de vida da população dificultando a implementação de várias programas de desenvolvimento, incluindo a reintegração dos ex-combatentes.

A economia do Distrito é predominantemente agrícola, com cerca de 85% da população dedicada à agricultura de subsistência (MADER, 2020). O Inquérito Agrário Integrado do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2020) aponta que as principais culturas produzidas são mandioca, milho, feijão-nhamba, amendoim e batata-doce, sendo a produção afetada por limitações no acesso a insumos agrícolas, infraestruturas de escoamento e mercados de comercialização. O relatório também destaca que a posse e o acesso à terra são regulados por normas comunitárias, o que pode representar desafios para a reintegração dos ex-combatentes, especialmente no que diz respeito à sua inclusão em actividades produtivas sustentáveis.

### **A INTERAÇÃO ENTRE ECOLOGIA HUMANA E CAPITAL SOCIAL NA REINTEGRAÇÃO DOS EX-COMBATENTES**

A Teoria da Ecologia Humana e a Teoria do Capital Social apresentam abordagens complementares para a análise dos processos de reintegração dos ex-combatentes em contextos

socioterritoriais específicos. Sorre (2018) considera a Ecologia Humana, a forma como os indivíduos convivem com o ambiente que os rodeia, e outros elementos interdependentes. Essa perspectiva permite compreender os factores socioterritoriais, como o acesso à terra, a estrutura das redes comunitárias e as dinâmicas socioeconómicas, moldam as oportunidades e desafios da reintegração dos desmobilizados. Leff, (2012) reforça essa ideia ao descrever o ambiente como um espaço de significação e mediação cultural, onde as relações humanas se constroem a partir da interação com o território. No caso de Murrupula, essa abordagem é fundamental para entender os obstáculos enfrentados pelos ex-combatentes na sua reintegração, particularmente no sector agrícola, que depende de relações sociais (MADER, 2020).

Em paralelo, a teoria do Capital Social, tal como formulada por Bourdieu (1986) e Coleman, (1988) reiteram a importância das redes de relacionamento e das estruturas sociais na geração de oportunidades e na redução de desigualdades. Bourdieu (1986) argumenta que o capital social é um recurso colectivo que resulta da pertença a um grupo e das relações de confiança e reconhecimento mútuo, sendo fundamental para a integração social. Coleman (1988), por sua vez, reitera que o capital social não apenas facilita a cooperação dentro das comunidades, mas também contribui para a mobilização de recursos e oportunidades económicas. No contexto do DDR em Moçambique, essas dinâmicas são evidentes na dificuldade dos ex-combatentes em aceder redes de apoio locais, o que os coloca em desvantagem no processo de reintegração económica e social. (Wiegink, 2015).

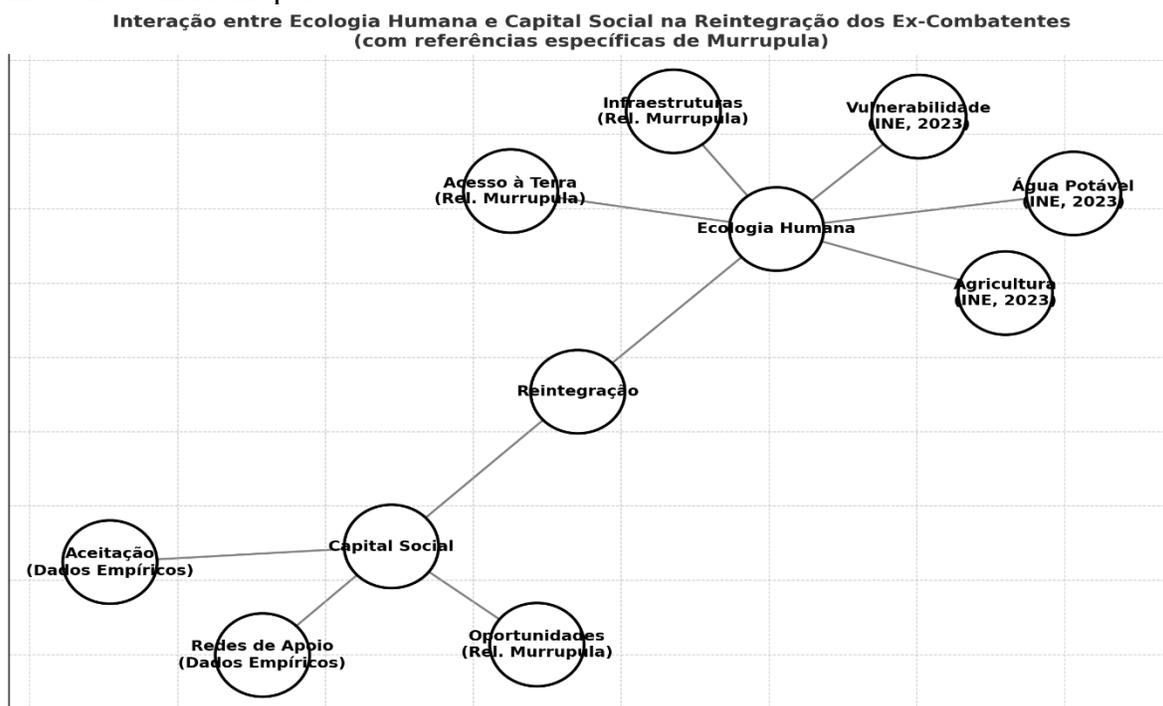
A articulação entre a Ecologia Humana e o Capital Social torna-se ainda mais relevante quando analisamos o papel das relações comunitárias e das estruturas institucionais na reintegração dos ex-combatentes (Baez; Santamaria-García; Ibáñez, 2019; Selber, 2018). Segundo Putnam (1996) as comunidades com elevados níveis de capital social apresentam maior capacidade de integração de grupos marginalizados, pois as redes de confiança e cooperação facilitam o acesso a recursos e oportunidades. No entanto, em contextos de pós-conflito, essas redes podem estar fragmentadas, dificultando a aceitação dos ex-combatentes pela sociedade local (Wiegink; Sprenkels, 2022).

De acordo com Bourdieu (1986) o capital social também está relacionado ao poder simbólico e ao acesso a bens materiais, sendo que a exclusão dos ex-combatentes dessas redes de troca e reciprocidade limita as suas possibilidades de reestruturação económica e social. No caso de Moçambique, a falta de garantias formais de posse da terra e a ausência de políticas públicas inclusivas dificultam a reintegração (MADER, 2020; INE, 2023). Assim, a conjugação da Ecologia Humana com o Capital Social fornece um quadro teórico robusto para compreender como os factores socioterritoriais impactam a reintegração dos ex-combatentes em Murrupula. A figura 2 representa a interação entre as teorias da ecologia humana e capital social na reintegração dos ex-combatentes em Murrupula.

O diagrama da figura 2 ilustra a inter-relação entre a Ecologia Humana e o Capital Social na reintegração dos ex-combatentes em Murrupula, destacando os factores socioterritoriais específicos da região. A Ecologia Humana, enquanto abordagem que analisa a interação entre os indivíduos e o ambiente, está representada pelos desafios estruturais e ambientais que influenciam directamente no processo de reintegração. Entre os principais factores evidenciados estão o acesso

à terra, as infraestruturas precárias, a vulnerabilidade climática associada a secas e chuvas intensas, e as limitações no abastecimento de água potável (INE, 2023; Relatório de Actividades do Distrito Murrupula, 2023).

**Figura 2:** A Interação entre Ecologia Humana e Capital Social na Reintegração dos Ex-Combatentes em Murrupula



Fonte: Adaptado pelo autor, com base em Sorre (1984); Leff (2012); Bourdieu (1986); Coleman (1988); Putnam (2000); INE (2023); MADER (2020); Relatório de Murrupula (2024); Dados Empíricos de Murrupula (2024).

O Capital Social, por sua vez, evidencia os elementos sociais que condicionam a aceitação e a participação dos ex-combatentes na comunidade. De acordo com os dados empíricos recolhidos no campo, a aceitação comunitária e as redes de apoio são determinantes para a inserção dos ex-combatentes em actividades económicas e sociais, influenciando diretamente as oportunidades de reintegração. Conforme Putnam (1996) e Bourdieu (1986), a coesão social e a existência de redes estruturadas facilitam a mobilização de recursos e a inclusão dos indivíduos, enquanto a ausência dessas dinâmicas resulta em marginalização e desigualdade no acesso aos bens e serviços.

A interação entre a Ecologia Humana e o Capital Social torna-se evidente no centro do diagrama, onde a reintegração dos ex-combatentes surge como um processo condicionado tanto pelos desafios territoriais como pelas relações sociais. O acesso à terra e às infraestruturas adequadas possibilita a inserção produtiva, enquanto o fortalecimento das redes comunitárias e a aceitação social criam um ambiente favorável à estabilidade e à reconstrução das trajetórias individuais de reintegração. Desta forma, políticas de DDR mais eficazes devem considerar simultaneamente os

factores ambientais e sociais, garantindo que a reintegração seja sustentável e adaptada à realidade específica de Murrupula.

## **ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A reintegração dos ex-combatentes em Moçambique é um processo que envolve múltiplas dimensões sociais, económicas e institucionais, refletindo os desafios estruturais enfrentados pelos programas DDR em contextos pós-conflito (Wiegink, 2015). No distrito de Murrupula, este processo tem sido condicionado por factores como a aceitação comunitária, o acesso à terra e a criação de oportunidades produtivas. Embora os discursos oficiais do DDR considerarem os avanços no processo, os desafios no terreno demonstram o contrário.

336

### **Relações Sociais e Aceitação Comunitária na Reintegração dos Ex-Combatentes**

A reintegração dos ex-combatentes em Moçambique não se limita ao seu regresso às comunidades, ele deve envolver a reconstrução de laços sociais e a superação de barreiras institucionais que dificultam a sua aceitação na comunidade (Aguilar, 2023). De acordo com a teoria do capital Social, a integração de indivíduos marginalizados depende da capacidade de criar e fortalecer redes sociais que lhes garantam acesso a recursos e reconhecimento social. Bourdieu (1986) argumenta que grupos socialmente estigmatizados enfrentam dificuldades na reconstrução dessas redes, pois possuem um capital social enfraquecido, o que limita a sua inserção comunitária. Putnam (1996) reforça que o fortalecimento do capital social é essencial para transformar desconfiança em cooperação, permitindo que ex-combatentes sejam reconhecidos como membros activos da sociedade.

O estigma social também influencia a aceitação dos ex-combatentes. Segundo Goffman (1963), o estigma surge quando determinados indivíduos são vistos como desviantes em relação às normas sociais dominantes, sendo discriminados de maneira a limitar a sua inclusão. Em Murrupula, alguns membros da comunidade inicialmente demonstraram resistência à presença dos ex-combatentes, associando-os ao passado de violência e instabilidade. Um membro da comunidade descreveu essa fase inicial de desconfiança:

No início, era difícil conviver com eles porque vinham das matas e nós não sabíamos como lidar com essa situação. Pensávamos que eram pessoas estranhas, e até perigosos, porque sabíamos que durante a guerra civil criaram muita dor e destruição nas comunidades. Nas actividades diárias alguns populares evitavam ter contacto com eles, por causa do passado deles que era de guerra. Mas, com o tempo, vimos que eles também precisavam de ajuda, que tinham famílias como nós. Hoje, já vivem entre nós, alguns têm participação activamente nas igrejas e em cerimónias tradicionais, e estamos a conseguir conviver bem com eles. (Entrevista com membro da comunidade, em Murrupula, Dezembro de 2023).

O Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo assinado em 2019, previsto na Lei nº 11/2019 de 12 de Setembro, representou um compromisso político para garantir a reintegração dos ex-combatentes, mas a implementação tem sido marcada por desafios estruturais. O estudo do

Instituto para a Democracia Multipartidária IMD (2021) evidencia que o governo deu prioridade à desmobilização, mas sem assegurar condições concretas para a reinserção social e económica dos ex-combatentes. Na mesma linha de reflexão, Wiegink (2015) argumenta que a reintegração não é um processo linear e depende da forma como os ex-combatentes são recebidos pelas comunidades. Segundo a mesma autora, o sucesso da reintegração não depende apenas das políticas formais, mas das interações diárias entre ex-combatentes e a sociedade, onde questões de desconfiança, acesso a recursos e reconhecimento social desempenham um papel fundamental.

O discurso oficial do antigo presidente da República, Filipe Nyusi, no âmbito da implementação do DDR em Moçambique em 2019, apresenta uma visão mais optimista sobre o processo de reintegração. E a reconciliação é descrita como um marco para a estabilidade nacional e símbolo de um novo começo para os ex-combatentes:

O processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração representa um compromisso inabalável com a paz e a unidade nacional. Cada moçambicano, independentemente do seu passado, tem um papel a desempenhar na reconstrução do país. Hoje, estamos a construir um novo Moçambique, onde não há vencedores nem vencidos. Os ex-combatentes são bem-vindos nas suas comunidades, e as oportunidades estão a ser criadas para que possam reconstruir as suas vidas com dignidade. O governo continuará a trabalhar para garantir que todos tenham acesso às condições necessárias para uma reintegração plena e digna (Discurso de Filipe Nyusi, 2019).

Por sua vez, líder da RENAMO, Ossufo Momade, enfatiza que a reintegração dos ex-combatentes só será bem-sucedida se houver condições reais de inclusão social e económica, garantindo que os ex-combatentes não sejam esquecidos pelo Estado:

A paz não pode ser apenas um compromisso assinado, precisa de se traduzir em ações concretas para melhorar a vida dos nossos combatentes. Garantiram-nos que não seríamos abandonados, que haveria projectos para permitir que eles tivessem um futuro digno. Mas, em várias regiões, há combatentes que vivem sem acesso a terra, sem apoios e sem meios para sustentar as suas famílias. A paz deve significar justiça e inclusão para todos, caso contrário, continuaremos a ter moçambicanos marginalizados pela sua história (Discurso de Ossufo Momade, 2019).

Já o representante das Nações Unidas, Mirko Manzoni, destacou a importância de um DDR que não se limite à desmobilização, mas que garanta um acompanhamento contínuo da reintegração:

A comunidade internacional apoiou fortemente o DDR em Moçambique, mas a reintegração é um processo que exige tempo e esforços constantes. Precisamos de garantir que os ex-combatentes tenham oportunidades reais de reconstruir as suas vidas, que possam ser economicamente independentes e que sejam aceites como cidadãos de pleno direito nas suas comunidades. A estabilidade do país depende disso. (Discurso de Mirko Manzoni, 2019).

Os testemunhos das lideranças políticas contrariam a realidade que se vive em Murrupula, onde os ex-combatentes enfrentam barreiras económicas e institucionais que dificultam sua reintegração plena. Durante um Grupo Focal 2, os ex-combatentes expressaram a sua frustração quanto à falta de oportunidades:

Muitos de nós sobrevivemos com base em biscates nas comunidades. Trabalhamos nas machambas de outros membros da comunidade, cavamos latrinas tradicionais, vendemos lenha e capim de cobertura de habitações. Assim conseguimos algum dinheiro para pagar as nossas despesas. Mas isso não é suficiente para dar uma vida digna às nossas famílias, e muitos de nós esperávamos que o DDR trouxesse mais apoio, como prometido no início. Até agora, nenhum dos projectos de rendimento que nos foram prometidos, foi implementado (Grupo Focal 2, Murrupula, junho de 2024).

Os discursos políticos mostram um compromisso formal com a reintegração, mas a realidade no terreno reflecte desafios estruturais não resolvidos. A aceitação comunitária avançou, mas ainda existem dificuldades no acesso à terra, ao emprego e aos serviços públicos, perpetuando a vulnerabilidade dos ex-combatentes. A reintegração efectiva requer um acompanhamento contínuo e políticas públicas mais estruturadas, assegurando que o DDR não seja apenas um processo formal, mas uma mudança real na vida dos desmobilizados e das comunidades que os receberam.

Os desafios da reintegração dos ex-combatentes em Moçambique apresentam paralelismos com experiências noutros países que vivenciaram situações pós-conflito. Por exemplo na Serra Leoa, a reintegração foi dificultada pela marginalização económica dos desmobilizados, levando muitos a recorrer ao trabalho informal e a economias paralelas (McNamee; Muyangwa, 2020). O autor salienta que, sem um acompanhamento contínuo e oportunidades estruturadas, os ex-combatentes tendem a permanecer num ciclo de exclusão, situação também observada em Murrupula.

Segundo Iglesias-Pascual; Benassi; Hurtado-rodríguez (2023), na Colômbia, um dos aspetos mais relevantes da reintegração foi o investimento na economia solidária, mais precisamente em cooperativas agrícolas, permitindo que os ex-combatentes tivessem acesso a trabalho e fossem progressivamente aceites nas comunidades. Na opinião destes autores, o envolvimento dos ex-combatentes em projectos agrícolas sustentáveis foi um factor determinante para a redução do estigma e para o fortalecimento do capital social. Este modelo poderia ser adaptado a Moçambique, mais concretamente no distrito de Murrupula, dado ao forte potencial na agricultura de subsistência (INE, 2023).

No caso do Burundi, (D'aoust; Sterck; Verwimp, 2016) demonstraram que um dos principais factores de fracasso da reintegração foi a falta de estratégias de médio e longo prazo. A ausência de um acompanhamento pós-reintegração e de projectos de desenvolvimento local impediu que os ex-combatentes se tornassem autossuficientes, implantando a sua vulnerabilidade económica.

A Nigéria enfrentou um problema similar com os ex-militantes do Delta do Níger, que receberam pacotes financeiros sem um plano estruturado de capacitação e reinserção (Nwokolo; Okonofua, 2016; Aghedo, 2018). Para estes autores a ausência de um acompanhamento contínuo levou muitos beneficiários a esgotar rapidamente os apoios, sem conseguirem estabelecer fontes de rendimento sustentáveis. Esse risco também se verifica em Murrupula, onde os ex-combatentes que receberam subsídios iniciais, gastaram devido ao elevado nível de necessidades económicas tendo ficado sem alternativas económicas sólidas.

A análise comparativa sugere que Murrupula pode beneficiar da experiência de outros países ao implementar estratégias de capacitação produtiva e programas de reinserção económica sustentáveis, como cooperativas comunitárias e incentivos ao empreendedorismo. No entanto, para que isso ocorra, é necessário um compromisso mais efetivo do Estado, doadores e um envolvimento da sociedade civil.

Os dados analisados demonstram que, apesar dos avanços na aceitação comunitária dos ex-combatentes em Murrupula, persistem desafios estruturais que dificultam a sua reintegração. A aceitação social evoluiu ao longo do tempo, mas as barreiras institucionais e económicas continuam a limitar o acesso a oportunidades económicas, acesso a terra e serviços públicos, reforçando a vulnerabilidade deste grupo. O contraste entre os discursos políticos e a realidade no terreno sugere que a reintegração ainda não atingiu os objectivos previamente estabelecidos pelo DDR.

### **Ocupação do Território e Acesso à Terra como Desafios à Inclusão Produtiva**

A ocupação do território e o acesso à terra representam um dos principais desafios à inclusão produtiva dos ex-combatentes em Moçambique (Wiegink, 2015). A posse da terra não é apenas um factor económico, mas também social e político, determinando o nível de integração dos ex-combatentes na comunidade. Segundo a Teoria da Ecologia Humana, o espaço territorial influencia na organização das relações sociais, sendo um elemento dinâmico que reflecte disputas históricas e estruturas de poder (Dias; Silveira, 2021). Em Moçambique, onde segundo a Lei de Terras, a terra é propriedade do Estado, os ex-combatentes enfrentam barreiras institucionais e comunitárias para garantir seu direito à terra.

O Inquérito Agrário do MADER (2020) revela que a maioria dos moçambicanos depende da terra para a sua subsistência, mas há desafios na sua distribuição equitativa e acesso formalizado. A Lei de Terras de Moçambique Lei 19/97 de 1 de Outubro, no seu artigo 12 estabelece que a terra pertence ao Estado e pode ser concedida mediante títulos de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), mas os ex-combatentes não têm prioridade clara na alocação de terrenos, o que gera insegurança agrária e disputas locais.

Os dados recolhidos em Murrupula mostram que, ao regressarem às suas aldeias, muitos ex-combatentes encontraram suas antigas terras ocupadas, sem um mecanismo eficaz para reaver esses espaços. Durante o Grupo Focal 1, Murrupula, dezembro de 2023, um ex-combatente afirmou:

Quando voltamos da base de Napuco, esperávamos encontrar as nossas terras, mas muitas já estavam ocupadas por outras pessoas, algumas até da nossa própria família. Quando fomos aos líderes comunitários pedir ajuda, disseram-nos que estivemos ausentes durante anos e que as terras foram entregues a quem estava presente. Agora, não temos como produzir grandes quantidades, nem construir uma casa, e sem terra ficamos sem opções para sobreviver. Muitos de nós estamos a viver em casas precárias e terrenos emprestados por familiares, sem garantias para o futuro. Esta situação faz-nos sentir como se

estivéssemos de volta à guerra, mas agora lutando pela nossa sobrevivência no dia-a-dia (Grupo Focal 1, Murrupula, dezembro de 2023).

Para além desta afirmação, há ex-combatentes que dizem ter recebido promessas sobre acesso à terra, mas sem concretização. Durante uma entrevista em Murrupula, junho de 2024, um ex-combatente expressou sua frustração:

Disseram-nos que receberíamos terrenos para habitação e agricultura, mas até agora nada aconteceu. Fui várias vezes à administração do Distrito, mas a resposta é sempre a mesma: “estamos a organizar as parcelas”. Enquanto isso, continuamos sem terra, sem produção e sem condições para alimentar as nossas famílias. O governo deveria ter um plano claro para resolver essa situação. Muitos de nós estamos velhos, sem forças para recomeçar sem apoio. Só queremos que se cumpram as promessas que nos foram feitas quando entregamos as armas (Entrevista com ex-combatente, Murrupula, junho de 2024).

Comparando a situação do Distrito de Murrupula com o Distrito de Nicoadala evidenciam-se problemas semelhantes. Segundo Candeeiro (2019), os ex-combatentes em Nicoadala quando regressaram às comunidades as suas antigas terras tinham sido ocupadas. A resposta do governo foi limitada, com poucas soluções concretas para a reintegração produtiva, resultando falta de acesso formal à terra ou alternativas económicas viáveis. Como observado no estudo, a falta de uma estrutura organizada para reassentamento agrário tem gerado frustrações e marginalização dos ex-combatentes, contribuindo para a exclusão socioeconómica desses indivíduos (Candeeiro, 2019).

Na mesma linha de reflexão, McMullin (2013) considera que a reintegração bem-sucedida exige não apenas a redistribuição de terras, mas a construção de um ambiente de confiança entre os ex-combatentes, o governo e as comunidades locais. O autor acima referido argumenta que, em contextos pós-conflito, a falta de uma abordagem transparente e participativa na gestão da terra pode gerar disputas prolongadas e dificultar a aceitação dos desmobilizados. Em Murrupula, a ausência de um mecanismo estatal eficaz para a alocação de terras aos ex-combatentes tem gerado insegurança agrária e tensões com as comunidades locais. A resistência dos ex-combatente em aceitar terras em zonas distantes, aliada à indisponibilidade de terrenos na vila-sede, reflecte um desafio estrutural na gestão agrária do DDR em Moçambique. Como observado em outras experiências de reintegração, a insegurança no acesso à terra pode propiciar a exclusão económica e criar frustrações no seio dos ex-combatentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos desafios socioterritoriais na reintegração dos ex-combatentes em Murrupula demonstra que, apesar dos avanços institucionais e do envolvimento de actores internacionais, persistem barreiras estruturais que comprometem a inclusão. O processo de reconstrução das relações sociais foi inicialmente marcado pela desconfiança e pelo estigma, mas, progressivamente foi sendo atenuado pelo envolvimento dos ex-combatentes em actividades comunitárias. Contudo, o acesso limitado a serviços essenciais, como saúde e educação, e a precariedade económica

continuam a condicionar a reintegração efectiva, colocando-os em situação de vulnerabilidade social.

O acesso à terra constatou-se ser um factor determinante para a integração económica, mas a falta de terrenos disponíveis na vila-sede e a resistência dos ex-combatentes em aceitar parcelas em zonas periféricas criou um impasse entre o governo e os ex-combatentes. A comparação com Nicoadala evidencia que este problema não é exclusivo de Murrupula, que reflecte a ausência de uma estratégia nacional coerente para a reintegração agrária. Ademais, a ausência de mecanismos de financiamento para projectos produtivos mantém os ex-combatentes dependentes de biscates e trabalhos informais, perpetuando um ciclo de instabilidade económica e social.

A experiência internacional reforça que o sucesso dos programas de DDR não se limita ao desarmamento e à desmobilização, mas exige um acompanhamento contínuo e a implementação de políticas públicas que assegurem a inclusão económica e social. Casos como da Colômbia, Burundi e Nigéria demonstram que a exclusão económica dos ex-combatentes pode resultar em tensões sociais e instabilidade política. Em Murrupula, a falta de um plano estruturado de reintegração produtiva limita as possibilidades de desenvolvimento económico e agrava as dificuldades de adaptação dos desmobilizados.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. L. C. **Multidimensional Peacekeeping**: Local Peace does not last when National Peace Fails. *Contexto Internacional*, [s.l.], v. 45, n. 2, p. 1–24, 2023. DOI: 10.1590/s0102-8529.20234502e20210085.

BAEZ, S.; SANTAMARÍA-GARCÍA, H.; IBÁÑEZ, A. **Disarming Ex-Combatants' Minds: Toward Situated Reintegration Process in Post-conflict Colombia**. *Frontiers in Psychology*, [s.l.], v. 10, 2019. DOI: 10.3389/fpsyg.2019.00073. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/fpsyg.2019.00073/full>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BAUER, M.; FIALA, N.; LEVELY, I. **Trusting Former Rebels**: An Experimental Approach to Understanding Reintegration after Civil War. *The Economic Journal*, [s.l.], v. 128, n. 613, p. 1786–1819, 2018. DOI: 10.1111/eoj.12503.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greenwood Press, 1986.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Successful Qualitative Research**: A Practical Guide for Beginners. [s.l.], 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/256089360\\_Successful\\_Qualitative\\_Research\\_A\\_Practical\\_Guide\\_for\\_Beginners](https://www.researchgate.net/publication/256089360_Successful_Qualitative_Research_A_Practical_Guide_for_Beginners). Acesso em: 25 fev. 2024.

CANDIEIRO, V. **A Reintegração Social dos Ex-combatentes no Distrito de Nicoadala**. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/497783253/A-Reintegracao-Social->

[Dos-ExCombatentes-No-Distrito-de-Nicoadala-Provincia-Da-Zambezia](#). Acesso em: 19 fev. 2024.

CHAIMITE, E.; FORQUILHA, S. **Murrupula**: Um Distrito Abstencionista. In: IESE,. Maputo, Moçambique, v. 2, n. Relatório de Investigação nº 2, 2015. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/05/Brito-Chaimite-Forquilha-2015-Murrupula-Um-distrito-abstencionista.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: evolução e desafios. [s.l.], 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

COELHO, J. P. B. **Antigos Soldados, Novos Cidadãos**: A reintegração dos desmobilizados de Maputo. [s.l.], 2002. Disponível em: [https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud\\_moc/20/borges-coelho\\_em\\_20](https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/20/borges-coelho_em_20). Acesso em: 24 fev. 2024.

COLEMAN, J. **Social capital in the creation of human capital**. American Journal of Sociology, [s.l.], 1988.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: [https://www.academia.edu/95271542/Livro\\_Creswell\\_John\\_W\\_Projeto\\_de\\_Pesquisa\\_Métodos\\_Qualitativo\\_Quantitativo\\_Misto\\_2010](https://www.academia.edu/95271542/Livro_Creswell_John_W_Projeto_de_Pesquisa_Métodos_Qualitativo_Quantitativo_Misto_2010). Acesso em: 20 fev. 2024.

D'AOUST, O.; STERCK, O.; VERWIMP, P. **Who Benefited from Burundi's Demobilization Program?** The World Bank Economic Review, [s.l.], v. 32, n. 2, p. lhw033, 2016. DOI: 10.1093/wber/lhw033. Disponível em: <https://academic.oup.com/wber/article-lookup/doi/10.1093/wber/lhw033>. Acesso em: 25 fev. 2024.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedade e territórios**. [s.l.: s.n.], v. 11. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/351844835\\_Redes\\_Sociedades\\_e\\_Territorios](https://www.researchgate.net/publication/351844835_Redes_Sociedades_e_Territorios). Acesso em: 19 fev. 2024.

DÍAZ, J. A. C.; PÁEZ, N. S. P.; LERMA, A. L. **Reintegración comunitaria de excombatientes en Colombia**: Una mirada desde lo territorial. [s.l.: s.n.]. Disponível em: [https://www.reincorporacion.gov.co/es/agencia/grupo\\_de\\_investigacion/2\\_Reintegracion\\_comunitaria\\_de\\_excombatientes.pdf](https://www.reincorporacion.gov.co/es/agencia/grupo_de_investigacion/2_Reintegracion_comunitaria_de_excombatientes.pdf). Acesso em: 23 fev. 2024.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso - Reflexões Introdutórias**. Edição revista e ampliada, [s.l.], p. 128, 2008.

FILHO, E. V. **Pactos socioterritoriais para o viver bem**. DRd - Desenvolvimento Regional em Debate, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 206, 2017. DOI: 10.24302/drd.v7i2.1558. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1558>. Acesso em: 22 fev. 2024.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: Tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, [s.l.], v. 22, n. 40, p. 19–29, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pob/a/MZVSYxKncfrNnsKxbjg5Gxr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GOFFMAN, E. **Stigma. Classic and Contemporary**. Readings in Sociology, [s.l.], p. 108–113, 1963. DOI: 10.4324/9781315840154-27. Disponível em:

<https://mawima.github.io/CCS/inclusion/StigmaGoffman1963.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

GONZÁLEZ, O. C.; CLÉMENCE, A. **Concealing former identity to be accepted after the demobilization process in Colombia: A real reintegration in a post-conflict scenario?** Journal of Social and Political Psychology, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 941–958, 2019. DOI: 10.5964/jssp.v7i2.864.

Governo do Distrito de Murrupula. **Relatório de atividades do Distrito de Murrupula**. Murrupula, 2023

GUAZI, S. **Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas**. [s.l.], p. 1–20, 2021.

HORN, P.; DE CARLI, B.; HABERMEHL, V.; LOMBARD, M.; ROBERTS, P.; TELLEZ CONTRERAS, L. F. **Contested Territories: Lessons from Interdisciplinary Dialogues on Conflict, Resistance and Alternatives in Latin America**. [s.l.], n. May, 2021.

IGLESIAS-PASCUAL, R.; BENASSI, F.; HURTADO-RODRÍGUEZ, C. **Social infrastructures and socio-economic vulnerability: A socio-territorial integration study in Spanish urban contexts**. Cities, [s.l.], v. 132, n. October 2022, p. 104109, 2023. DOI: 10.1016/j.cities.2022.104109. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.104109>. Acesso em: 19 fev. 2024.

IMD. **Junta Militar: Contexto, Reivindicações e Perspectivas** Março de 2021. Instituto para a Democracia Multipartidária, [s.l.], n. IMD, 2021. Disponível em: <https://www.imd.org.mz/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas do Distrito de Murrupula..** [s.l. 2023, disponível em: <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/magude-1>. 2023 Acesso em: 25 fev. 2024.

KAMBERELIS, G.; DIMITRIADIS, G. **Focus Groups: Contingent Articulations of Pedagogy, Politics, and Inquiry**. [s.l.], n. March, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/315477389>. Acesso em: 19 fev. 2024.

KAPLAN, O.; NUSSIO, E. **Community counts: The social reintegration of ex-combatants in Colombia**. Conflict Management and Peace Science, Thousand Oaks, CA, v. 35, n. 2, p. 132–153, 2018. DOI: 10.1177/0738894215614506.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Enrique-Leff/publication/335541942\\_AVENTURAS\\_DA\\_EPISTEMOLOGIA\\_AMBIENTAL/links/5d6c89a34585150886065c12/AVENTURAS-DA-EPISTEMOLOGIA-AMBIENTAL.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Enrique-Leff/publication/335541942_AVENTURAS_DA_EPISTEMOLOGIA_AMBIENTAL/links/5d6c89a34585150886065c12/AVENTURAS-DA-EPISTEMOLOGIA-AMBIENTAL.pdf). Acesso em: 23 fev. 2024.

MADER. **Inquérito Integrado Agrário 2020**. MADER, Maputo, Moçambique, p. 1–84, 2020. Disponível em: [https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/06/MADER\\_Inquerito\\_Agrario\\_2020.pdf](https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/06/MADER_Inquerito_Agrario_2020.pdf). Acesso em: 20 fev. 2024.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. **Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas**. Revista Univap, [s.l.], v. 20, n. 35, p. 201, 2014. DOI: 10.18066/revunivap.v20i35.228.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo, [s.n.].

MCMULLIN, J. **Reintegration of combatants: Were the right lessons learned in Mozambique?** International Peacekeeping, [s.l.], v. 11, n. 4, p. 625–643, 2004. DOI: 10.1080/1353331042000248704.

MCMULLIN, J. R. **Integration or separation? The stigmatization of ex-combatants after war**. Review of International Studies, [s.l.], v. 39, n. 2, p. 385–414, 2013. DOI: 10.1017/S0260210512000228. Disponível em: [https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0260210512000228/type/journal\\_article](https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0260210512000228/type/journal_article). Acesso em: 24 fev. 2024.

MCNAMEE, T.; MUYANGWA, M. **The State of Peacebuilding in Africa: Lessons Learned for Policymakers and Practitioners**. [s.l.]: Springer International Publishing, 2020. DOI: 10.1007/978-3-030-46636-7. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85150532913&doi=10.1007%2F978-3-030-46636-7&partnerID=40&md5=d8fef030175b79ee425495a1ab2adf94>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MILLÁN-QUIJANO, J. **Notes on Optimal Reintegration Contracts**. Defence and Peace Economics, [s.l.], v. 00, n. 00, p. 1–23, 2021. DOI: 10.1080/10242694.2021.1928850. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242694.2021.1928850>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil do Distrito de Murrupula, Província de Nampula**. [s.l.], p. 1–54, 2005. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/nampula/novembro-de-2012/distrito-de-murrupula.pdf/view>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MUGGAH, R. **Emerging from the shadow of war: A critical perspective on DDR and weapons reduction in the post-conflict period**. Contemporary Security Policy, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 190–205, 2006. DOI: 10.1080/13523260600603493. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228214776>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MUGGAH, R. **Security and post-conflict reconstruction: Dealing with fighters in the aftermath of war**. [s.l.]: Routledge Taylor & Francis Group, 2008. DOI: 10.4324/9780203886915. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-8c921>. Acesso em: 24 fev. 2024.

NILSSON, A. Reintegrating Ex-Combatants in Post-Conflict Societies. Department for Cooperation with Non-Governmental Organisations and Humanitarian Assistance & Conflict Management, [s.l.], v. SIDA, n. May, p. 100, 2005. Disponível em: [http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/67/67211\\_1sida4715en\\_ex\\_combatants.pdf](http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/67/67211_1sida4715en_ex_combatants.pdf). Acesso em: 22 fev. 2024.

NWOKOLO, N.; AGHEDO, I. **Consolidating or Corrupting the Peace?** The Power Elite and Amnesty Policy in the Niger Delta Region of Nigeria. *Chinese Political Science Review*, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 322–344, 2018. DOI: 10.1007/s41111-018-0098-y. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41111-018-0098-y>. Acesso em: 19 fev. 2024.

OKONOFUA, B. A. **The Niger Delta Amnesty Program:** The Challenges of Transitioning from Peace Settlements to Long-Term Peace. *SAGE Open*, [s.l.], v. 6, n. 2, 2016. DOI: 10.1177/2158244016654522.

ÖZERDEM, A. Disarmament, Demobilisation and Reintegration of Ex-Combatants. In: MAC GINTY, R.; WANIS-ST. JOHN, A. (Org.). **Contemporary Peacemaking:** Peace Processes, Peacebuilding and Conflict. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 333–354. DOI: 10.1007/978-3-030-82962-9\_17. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-82962-9\\_17](https://doi.org/10.1007/978-3-030-82962-9_17). Acesso em: 25 fev. 2024.

PARRY, J.; AYMERICH, O. **Reintegration of ex-combatants in a militarized society.** *Peacebuilding*, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 20–44, 2023. DOI: 10.1080/21647259.2022.2042982. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21647259.2022.2042982>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RUFER, R. **Disarmament, Demobilisation and Reintegration (DDR):** Conceptual Approaches, Specific Setting, Practical Experiences. [s.l.], p. 116, 2005. Disponível em: [https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/RUFER\\_final.pdf](https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/RUFER_final.pdf). Acesso em: 23 fev. 2024.

SELBER, M. W. **A Question of ‘Government’ Control:** Afghanistan DDR Programs Since 2001. *Small Wars and Insurgencies*, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 344–366, 2018. DOI: 10.1080/09592318.2018.1433514.

SORRE, M. **Tradução de capítulos selecionados do livro Les Fondements de la Géographie Humaine.** [s.l.], p. 0–45, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/6970>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SOUZA, L. K. **Pesquisa com análise qualitativa de dados:** conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, [s.l.], v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019.

UNITED NATIONS. **Second Generation Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) Practices in Peace Operations:** A Contribution to the New Horizon Discussion on Challenges and Opportunities for UN Peacekeeping. United Nations Department of

Peacekeeping Operations, Bogotá, n. 1, 2010. DOI: 10.1080/13533312.2011.527506. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-24b59be690b20712>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VINES, A. **As Perspectivas de um Acordo Sustentável entre as Elites em Moçambique: À Terceira é de Vez?** [s.l.], n. August, p. 66, 2019. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2019-09-04-ElitePerspectivesMozambique-Portuguese.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

WEIMER, B.; BUERNO, N. **Paz e Reconciliação: Conjunturas Críticas e Dependência.** [s.l.], p. 65–95, 2020. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/BWeimerNBueno-Desafios-2020.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

WIEGINK, N. **Former military networks a threat to peace?** The demobilisation and remobilization of Renamo in central Mozambique. *Stability*, [s.l.], v. 4, n. 1, 2015. DOI: 10.5334/sta.gk. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84947930052&doi=10.5334%2Fsta.gk&partnerID=40&md5=a743c871f9848a82a2b6e9d57d5ef0e5>. Acesso em: 24 fev. 2024.

WIEGINK, N.; SPRENKELS, R. **Beyond Reintegration: War Veteranship in Mozambique and El Salvador.** *Development and Change*, [s.l.], v. 53, n. 2, p. 424–447, 2022. DOI: 10.1111/dech.12576.

## DISCURSOS

NYUSI, Filipe. **Discurso proferido na cerimónia de assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.** Maputo, 6 de agosto de 2019.

MOMADE, Ossufo. **Declaração do líder da RENAMO sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).** Maputo, 6 de agosto de 2019.

MANZONI, Mirko. **Declaração do Representante das Nações Unidas sobre a implementação do Acordo de Paz em Moçambique.** Maputo, 6 de agosto de 2019.

## Legislação

MOÇAMBIQUE. **Lei n° 11/2019, de 12 de setembro.** Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em Maputo, a 6 de agosto de 2019.

MOÇAMBIQUE. **Lei n° 19/1997, de 1 de outubro.** Lei de Terras de Moçambique.